

11. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO ROSA VIDA.

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal a minuta do protocolo de colaboração a celebrar com a **Associação Rosa Vida**, nos termos da alínea u) do nº 1 do art.º 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Nº Informação: 8468

Data: 01/02/2023

Assunto: Protocolo Colaboração Município Braga - Associação Rosa Vida

O cancro é atualmente uma das principais causas de morte em Portugal e, seguramente, uma das situações com maior impacto ao nível da prestação de cuidados hospitalares, nível de incapacidade e morbilidade. Neste cenário, a doença oncológica deve ser unanimemente considerada como uma das prioridades das políticas de saúde em Portugal.

Considerando que:

- É reconhecida a dificuldade de respostas no Serviço Nacional de Saúde ao nível da reabilitação motora do doente oncológico e a sua validação científica, ao nível dos resultados obtidos na reabilitação integral do indivíduo;
- Existe o Programa PULSAR – Programa de Atividade Física para Doentes Oncológicos, promovido pelo Município de Braga desde o ano de 2015, que visa a reabilitação do portador de doença oncológica em processo de reabilitação, ou reabilitados, num período não superior a três (3) anos, através da disponibilização gratuita de treino funcional, apoio psicológico e apoio nutricional.
- É conhecido o trabalho promovido pela Associação Rosa Vida, cuja área de intervenção pretende abraçar grandes causas e apoiar associações que lutam para os mais diversos fins na área oncológica.

Nestes termos, e tendo por base as competências do Município, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças".

Propõe-se o estabelecimento de um **Protocolo de Colaboração com a Associação Rosa Vida**, que pretende promover financiamento proveniente da Associação Rosa Vida, aos utentes do programa PULSAR, possibilitando o acesso a respostas complementares de exercício físico em contexto ginásio / health club, reforçando desta forma as respostas já promovidas pelo Município de Braga, ao nível da reabilitação do doente oncológico.

Paralelamente, constitui também objeto deste protocolo de colaboração, a criação de um banco de próteses, por parte do Município de Braga, com apoio e disponibilização de próteses, por parte da Associação Rosa Vida, assim como a capacitação dos técnicos desportivos do Município de Braga por parte dos colaboradores especialistas da Rosa Vida.

À consideração superior,

O Dirigente Intermédio

A Chefe de Divisão

A Vice-Presidente

(Dra. Sam~~l~~eiro Araújo)

Minuta Protocolo de Colaboração

ENTRE:

PRIMEIRO OUTORGANTE: o Município de Braga, com sede na Praça do Município 4700-435 Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente do Município de Braga, doravante designado por Município.

E O

SEGUNDO OUTORGANTE: a Associação Rosa Vida, com sede na Rua Quinta da Armada, 56 R/C 4710-340 Braga, pessoa coletiva nº 514123010, representada por Paulo Sá Moraes, na qualidade de Presidente, doravante designada por Rosa Vida.

CONSIDERANDO A:

- Conhecida dificuldade de respostas no Serviço Nacional de Saúde ao nível da reabilitação motora do doente oncológico e a sua validação científica, ao nível dos resultados obtidos na reabilitação integral do indivíduo;
- Existência do Programa PULSAR – Programa de Atividade Física para Doentes Oncológicos, promovido pelo Município de Braga desde o ano de 2015, que visa a reabilitação do portador de doença oncológica em processo de reabilitação, ou reabilitados, num período não superior a três (3) anos, através da disponibilização gratuita de treino funcional, apoio psicológico e apoio nutricional.
- Existência da Associação Rosa Vida, cuja área de intervenção pretende abraçar grandes causas e apoiar associações que lutam para os mais diversos fins na área oncológica.

Acordam as partes na celebração do presente Protocolo, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1ª cláusula

(Objeto do Protocolo)

O objeto do presente protocolo consiste no financiamento proveniente da Associação Rosa Vida, aos utentes do programa PULSAR, possibilitando o acesso a respostas complementares de exercício físico em contexto ginásio / health club, reforçando desta forma as respostas já promovidas pelo Município de Braga, ao nível da reabilitação do doente oncológico.

Paralelamente, constitui objeto deste protocolo de colaboração, a criação de um banco de próteses, por parte do Município de Braga, com apoio e disponibilização de próteses, por parte da Associação Rosa Vida, assim como a capacitação dos técnicos desportivos do Município de Braga por parte dos colaboradores especialistas da Rosa Vida.

2ª cláusula

(Operacionalização do Protocolo)

Os utentes inscritos no Programa PULSAR, podem optar, cumulativamente, por:

- 1) Inscrição em Treino Funcional, de forma totalmente gratuita, promovido por técnicos desportivos do Município de Braga, em instalação desportiva municipal;
- 2) Inscrição nas restantes modalidades complementares (Hidroterapia, Pilates Clínico, outras modalidades fitness), mediante avaliação prévia da condição socioeconómica do utente, para eventual comparticipação ou isenção de frequência, promovida por técnicos dos ginásios e health clubs protocolados com a Associação Rosa Vida.

3ª cláusula

(Obrigações específicas de cada uma das entidades signatárias)

O Município compromete-se a:

- a) Efetuar a gestão, coordenação e articulação de todo o programa municipal PULSAR previsto neste protocolo de colaboração;
- b) Continuar a assegurar instalações desportivas municipais e técnicos desportivos do Município para a realização das seis sessões semanais de treino funcional;
- c) Avaliar a condição socioeconómica dos utentes que pretendam frequência nas modalidades complementares, permitindo enquadrar estes utentes no regime de isenção, comparticipação ou pagamento total dos valores previstos;
- d) Alocar um espaço municipal para a criação do Banco de Próteses;
- e) Colaborar com a Rosa Vida no âmbito das suas ações de angariação de fundos;
- f) Divulgar as ações a realizar nos média e restantes plataformas de comunicação à disposição do Município, bem como nos parceiros;
- g) Promover o apoio logístico indispensável para a concretização das ações acordadas.

A Rosa Vida compromete-se a:

- a) Financiar o acesso dos utentes do Programa PULSAR às modalidades complementares, mediante avaliação prévia da situação socioeconómica dos utentes por parte do Município de Braga, junto dos ginásios e Health clubs protocolados, até ao limite de verbas existentes e pré-estabelecidas;
- b) Fornecer junto do Município de Braga as próteses existentes e entretanto oferecidas junto da Rosa Vida, para constituição do Banco de Próteses;
- c) Identificar um elemento que articule o presente Protocolo, junto do Município;
- d) Encontrar ginásios e Health clubs parceiros para a realização das modalidades complementares, desde que enquadradas por elementos com formação especializada na área da reabilitação oncológica;
- e) Disponibilizar apoio científico e especializado junto dos técnicos desportivos do Município de Braga.

4ª cláusula

(Custos e Comparticipações)

Todos os custos inerentes à frequência das modalidades complementares serão suportados pela Rosa Vida, ou pelos utentes do programa PULSAR, junto das entidades promotoras do mesmo.

Os custos das diferentes respostas na área do exercício físico / clínico, será enquadrada pelos seguintes critérios:

- a) Treino funcional promovido por técnicos desportivos do Município de Braga – frequência gratuita;
- b) Duas sessões semanais enquadradas em ginásio health club parceiro – uma sessão específica (Pilates Clínico ou Hidroterapia) e uma sessão fitness;
- c) Três sessões semanais enquadradas em ginásio health club parceiro – duas sessões específicas (Pilates Clínico ou Hidroterapia) e uma sessão fitness.

As comparticipações efetuadas pela Rosa Vida, junto dos ginásios e Health clubs parceiros, reger-se-ão pelos seguintes critérios:

- a) RPC inferior a 400,00€ - 100% comparticipação;
- b) RPC entre 401,00€ e 600,00€ - comparticipação a 75%;
- c) RPC de 601,00€ a 760,00€ - comparticipação a 50%;
- d) RPC superior a 761,00€ - sem comparticipação.

5ª cláusula

(Utilização e divulgação dos resultados)

- a) A divulgação das atividades contempladas no presente protocolo é da responsabilidade das entidades envolvidas, salvaguardando sempre a autonomia de cada uma e a complementaridade existente entre as instituições;
- b) Nos casos de divulgação e utilização dos resultados obtidos no âmbito da execução das atividades desenvolvidas, designadamente através de ações de divulgação diversas, de cariz educativo, formativo ou publicação em meios de informação ou na web, as partes comprometem-se a referir a co-autoria e responsabilização conjunta no trabalho desenvolvido.

6ª cláusula

(Duração do Protocolo)

O presente protocolo entra em vigor na data da sua assinatura e será válido por um ano letivo, sendo tácita e sucessivamente renovado por iguais períodos de tempo, se não for denunciado por qualquer uma das partes, mediante carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de trinta dias relativamente ao seu termo.

7ª cláusula

(Proteção de Dados Pessoais)

No âmbito do presente protocolo, o Município e a Rosa Vida têm acesso a dados pessoais, os quais só podem ser objeto de tratamento quando se mostre necessário à execução do protocolo e no estrito cumprimento da lei.

O Município e a Rosa Vida, ao abrigo do disposto acima, obrigam-se a:

- a) Cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de privacidade e de proteção de dados pessoais na execução do presente protocolo;
- b) Respeitar os direitos dos titulares dos dados, nomeadamente, os direitos de acesso, informação, atualização, eliminação e de oposição;

- c) Conservar os dados apenas pelo período considerado necessário à prossecução das finalidades subjacentes à sua recolha, no âmbito do presente protocolo, garantindo a sua confidencialidade;
- d) Tratar os dados pessoais no estrito cumprimento da legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente a sua recolha, o seu registo, organização, consulta e transmissão, apenas nas situações em que o titular dos dados tenha dado o seu consentimento inequívoco;
- e) Implementar medidas técnicas e organizativas adequadas de forma a que o tratamento observe os requisitos legais, assegurando, designadamente, a adoção de um nível de segurança adequado e proporcional ao risco e, ainda, a defesa dos direitos dos titulares dos dados, tendo em conta as técnicas mais avançadas, de forma a proteger a sua destruição ou perda accidental ou ilícita, alteração, difusão ou acesso não autorizado;
- f) Informar de imediato o outro Outorgante, através do Encarregado de Proteção de Dados, quando tenha conhecimento da existência de quebras de segurança, de violação de dados pessoais, incluindo a mera suspeita, colaborando com o outro Outorgante na investigação ou auditoria que venham a ser realizadas;
- g) Limitar o acesso aos dados pessoais e a demais informações confidenciais apenas a trabalhadores/colaboradores devidamente autorizados e que necessitem de forma inequívoca de aceder aos dados recolhidos apenas para as finalidades previstas no presente protocolo, comprometendo-se a não os transmitir a terceiros;
- h) Dar conhecimento a todos os seus trabalhadores/colaboradores que tenham acesso a dados pessoais, independentemente da sua natureza, das obrigações de sigilo e de confidencialidade a que estão sujeitos, certificando-se de que todos têm conhecimento do dever de sigilo, mesmo após o termo das respetivas funções e da cessação do presente protocolo.

Os Encarregados de Proteção de Dados nomeados pelo Município e a LPCC – NRN nos termos e para os efeitos previstos no presente protocolo são:

- Pelo Primeiro Outorgante: dpo@cm-braga.pt
- Pelo Segundo Outorgante:

8ª cláusula (Rescisão do Protocolo)

- a) O incumprimento, por uma das partes, dos deveres resultantes do presente protocolo, confere às outras partes o direito de o denunciar;
- b) A denúncia só se torna efetiva mediante comunicação às outras partes, devidamente fundamentada, dos motivos a ela subjacentes.
- c) Em caso de rescisão, as partes obrigam-se a cumprir integralmente as obrigações assumidas nos termos deste protocolo.

Feito e assinado em 2 exemplares, sendo entregue um a cada uma das partes

Braga, 6 de fevereiro de 2023